



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4939 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO POLÍTICA EDUCACIONAL: A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO CONTEXTO EMERGENTE
Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO POLÍTICA EDUCACIONAL: A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO CONTEXTO EMERGENTE

RESUMO: A Lei nº 11.892/08, cria uma nova institucionalidade no Brasil responsável por agregar educação, ciência e tecnologia na formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes do seu papel na sociedade: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). O surgimento desta instituição rompe com uma série de paradigmas vigentes na educação brasileira, especialmente a universitária, a partir do movimento de consolidação de políticas educacionais, vinculadas à justiça social. Este estudo busca identificar o contexto emergente no qual se consubstanciam os IF's, a luz dos documentos balizadores desta institucionalidade. Como metodologia na produção (e análise) de dados, utilizamos a Análise Documental articulada com a Abordagem do Ciclo de Políticas. Os resultados desta investigação apontam para a complexidade no qual se situa este contexto emergente dinâmico e heterogêneo, formado a partir de diferentes dimensões estruturais, institucionais e sociais como o mundo do trabalho, a proposta institucional político-pedagógica, a ideia de política pública educacional e a construção de redes sociais.

Palavras-Chave: Política Educacional, Contexto Emergente, Institutos Federais

1 INTRODUÇÃO

Já é sabido que a Educação Superior vem passando por constantes transformações ao longo do tempo, tanto no que se refere a sua organicidade, quanto a sua missão junto a sociedade. Essas transformações acabam alinhando-se essencialmente as “novas” formas de ser e estar dos sujeitos, integrantes do mundo contemporâneo e a velocidade da produção do conhecimento. Estas modificações acabam por demonstrar a complexidade da qual a Educação Superior se apresenta, tanto como campo de estudo científico, quanto prática social instituída. Circundando os processos, existe uma série de perspectivas que nos ajudam a compreender de forma mais aplicada/dirigida os processos educativos nos seus diferentes frentes, como por exemplo as políticas públicas criadas pelos governos para a promoção da educação, pela série de programas e projetos potencializantes nos diferentes âmbitos da sociedade, além das legislações/normatizações próprias/específicas deste importante nível educacional junto esfera social.

Uma das preocupações de parte da comunidade de pesquisadores em educação (PRETI, 2000; MATISKEI, 2004), está na forma como as conformações articuladas nos espaços universitários, acabam por atender efetivamente as demandas do alunado, respeitando suas particularidades no âmbito educacional e institucional. Já que a Educação Superior não pode ser reduzida apenas a estratégias metodológicas de “transmissão” e construção dos saberes, nesse sentido, repensar continuamente os processos educativos é parte fundamental do processo civilizatório, já que como campo, a educação acaba sendo constantemente perpassada por diferentes demandas sociais e narrativas (contra)hegemônicas, como por exemplo as modificações dos sistemas de ensino, a criação de diferentes modalidades educativas, os níveis da educação básica, enfim, são decorrentes das “adequações” dos “novos” tempos e espaços da sociedade contemporânea.

No Brasil surge uma necessidade em se repensar a Educação Profissional e Tecnológica no sentido profundo de (re)significação de suas práticas, processos e articulações com os níveis e outras modalidades da educação para além da formação de mão de obra para o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica deveria possibilitar a emancipação dos sujeitos, e assumir um papel estratégico no desenvolvimento do país, a partir da reorganização das instituições federais de oferta da modalidade, de forma que este (re)arranjo possibilite uma atuação integrada e situada regionalmente (NASCIMENTO; QUIRINO, p. 10, 2012). Este (re)arranjo foi implementado no final de 2008 a partir da Lei nº 11.892, inicialmente reordenando as instituições federais de ensino profissional na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, formada em parte pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais [II](#) e posteriormente criando uma nova instituição responsável por atender as demandas educacionais advindas do mundo do trabalho, a partir dos princípios de equidade e justiça social.

Temos então o surgimento de nova arquitetura institucional: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta nova institucionalidade se apresentou como um “novo” modelo pedagógico-institucional não apenas para a Educação Profissional e Tecnológica, mas também - e de forma bastante significativa - para a Educação Superior, já que a modalidade da Educação Profissional e Tecnológica (nesta perspectiva) é pensada a partir da sua articulação com o Ensino Médio com os cursos Técnicos Integrados, Subsequentes e Concomitantes, e da Educação Superior a partir dos cursos de Tecnologia, Engenharias e Licenciaturas. Essa institucionalidade imbrica-se diretamente a uma perspectiva de política educacional, equidade e justiça social (PACHECO, 2011, p. 18), diferente daquelas adotadas em outros espaços que ofertam Educação Superior, por exemplo as Universidades, Faculdades e Centros Universitários.

Pensar na Educação Superior e na Educação Profissional e Tecnológica dentro desta perspectiva, faz com que os princípios de justiça e política social (BIANCHETTI, 2001, p. 95), sejam incorporados na consolidação de novas práticas que considerem os sujeitos, seus tempos e espaços na criação da institucionalidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como uma política pública educacional (MARTINS, 1993, p. 19), ou nas palavras de Souza (2003, p. 13), este processo de formulação acaba fazendo com que “os governos traduzam seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”. A institucionalidade trazida com a Lei nº 11.892/08, se traduz sob a forma de um modelo pedagógico-institucional que tem como compromisso a “intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento

sustentável com inclusão social” (PACHECO, 2011, p. 14).

Questões como o papel das instituições educativas e a suas distintas conformações, fazem-nos refletir sobre a forma que este complexo se apresente a partir de diferentes possibilidades não só na formação dos sujeitos, mas também dos modos operados na sua relação com a sociedade, temos então um contexto multifacetado que articula em suas práticas as ações produzidas e produtoras de sujeitos e também da própria instituição em um contexto emergente. Por definição (Morosini, 2014), temos o contexto emergente como sendo um movimento de transição e produção do conhecimento dentro do cenário da Educação Superior, estabelecendo-se sob uma conjuntura de mudança. Em seus estudos sobre a Educação Superior e suas articulações com outras temáticas transversais como qualidade, formação docente, internacionalização, entre outras, a autora identifica a construção do contexto emergente a partir de um caminho alternativo entre modelos constituídos de Educação Superior: um conhecido pelo seu caráter mais “tradicional”, com foco no bem social, e um outro modelo mais próximo de uma perspectiva neoliberal de educação, onde os esforços da instituição se mostram voltados para o bem individual.

Assim, percebemos que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mesmo ofertando Educação Superior de forma semelhante a instituições de ensino superior (Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Escolas Superiores e Institutos Superiores de Educação, entre outros), não se efetiva a partir da definição de contexto emergente anunciada anteriormente, especialmente pela sua característica única de integrar as demandas sociais, a formação para o mundo do trabalho, e sua gênese na justiça social, equidade e política pública educacional. Em outras palavras, este modelo de instituição rompe com perspectivas tradicionais de educação, modifica esses paradigmas, e evidencia novas práticas de educação junto a Educação Superior e a Educação Profissional e Tecnológica.

Compreender a forma como este novo contexto emergente surge é imperativo para a discussão científica, em especial na perspectiva alternativa deste contexto que buscamos evidenciar nesta investigação: a Educação Superior ofertada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública educacional. Este estudo objetiva então perceber o contexto emergente no qual essa institucionalidade se consubstancia frente as articulações da Educação Superior e da Educação Profissional e Tecnológica, levando a luz de seus documentos balizadores. Este estudo caracteriza-se a partir da sua natureza qualitativa (MINAYO, 2000), com foco na pesquisa de caráter histórico-bibliográfico, exploratório-investigativo, inventariante e descritivo. Como estratégia metodológica, nos aproximamos da Abordagem do Ciclo de Políticas (BALL, 1994), mais especificamente do Contexto da Produção do Texto, já que a empiria do estudo está nos documentos institucionais.

Cabe salientarmos que esta investigação se mostra como um primeiro movimento intenso no entendimento dos contextos emergentes da educação brasileira, e nesse sentido se apresenta a questões ligadas a Educação Superior, porém, não podemos deixar de evidenciar que esta nova institucionalidade emerge em um cenário de profundas transformações estabelecidas no campo da educação brasileira, na valorização da educação pública gratuita e de qualidade; os novos modos de valoração dos arranjos produtivos locais nos mais distintos cenários brasileiros; e ainda na forma como as demandas do mundo do trabalho e o desenvolvimento econômico estratégico da nação articulam-se com a ideia de justiça social culminando em uma política pública para a educação.

2 O CONTEXTO EMERGENTE: ALGUNS APONTAMENTOS NA COMPREENSÃO DO FENÔMENO

Dentre as distintas perspectivas de ideários que buscam explicar os diferentes cenários no qual a Educação Superior se apresenta, compreendemos que uma escolha assertiva seria utilizarmos o conceito de “contexto emergente” afim de caracterizar os novos movimentos em que os processos educativos se apresentam na sociedade, tanto em nível local/regional, quanto global. Podemos partir do princípio de que as mudanças oriundas do mundo globalizado, provocaram aproximações e distanciamentos nas relações estabelecidas entre os sujeitos e as instituições educativas, ou seja, tensões articuladas em diferentes áreas da sociedade. A Educação Superior não ficou de fora deste processo de transformação, especialmente no que se refere aos processos de ensino-aprendizagem, nas novas formas de Gestão da Educação que levam em consideração a implementação de políticas públicas, e o impacto das modificações da sociedade contemporânea junto a própria estrutura educativa, como evidencia Stoer (2002) em seus estudos sobre os processos de regulação e emancipação da educação em tempos de globalização.

Como já mencionamos anteriormente, esta perspectiva relacional da Educação Superior em contexto, surge a partir da ideia de que o contexto emergente, se apresenta a partir de uma lacuna existente entre 2 (dois) modelos já estabelecidos de Educação Superior: um de caráter mais “tradicional”, onde o foco dos processos se concentra no desenvolvimento do *bem social* e a gestão desta instituição centra-se no educando (ESPINOZA; GONZALEZ, 2012); e um outro modelo de caráter mais contemporâneo, alinhando-se a perspectivas neoliberais no desenvolvimento do *bem individual* e a gestão do espaço educativo acaba por priorizar as indicações e/ou orientações do mercado/mundo do trabalho a partir dos princípios de eficiência e de autofinanciamento (MOROSINI, 2014), como mostra a *figura 01*.

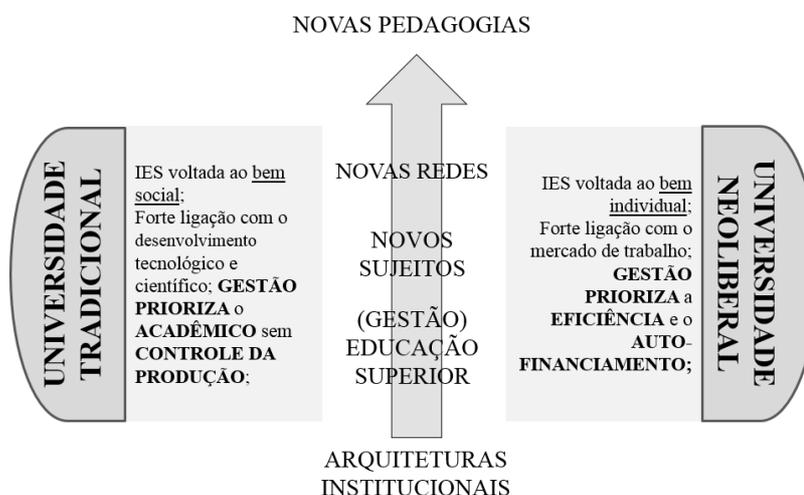


Figura 01. Representação da constituição do contexto emergente da Educação Superior, a partir dos modelos de Universidade Tradicional e Universidade Neoliberal, perspectiva de Morosini (2014).

Não podemos deixar de considerar que esta definição de contexto emergente, sofre constantes influências de

“marcadores geográficos” definidos por sua vez, a partir da relação estabelecida em torno dos processos de globalização e seu alcance nas diferentes partes do globo: o Global-Norte e o Global-Sul [iii]. Gumpert (2007), aponta que ambos os modelos apresentados, tem imbricados em si – em diferentes níveis – a sua face de frente para o mercado, ou ainda “buscam construir a cidadania, com forte presença nas questões sociais; são extremos de uma curva que tem inúmeras possibilidades de hibridismo”, como afirma Morosini (2014, p. 387).

Os contextos emergentes são influenciados pelos países do Global-Norte (Morosini, 2014), em função de todo o seu poderio econômico e pela sua tradição na produção de conhecimento (nos mais diferentes campos do saber), sendo que estes países, juntamente com organismos multilaterais/internacionais, como afirma Cunha (2017), possuem forte influência junto processos educativos dos países do Global-Sul [iii]. Se pensarmos na América Latina, Didriksson (2012), aponta em seus estudos que os contextos emergentes são caracterizados por uma série de fatores, que talvez, os países do Global-Norte, já tenham superado em seus debates. As questões que surgem no debate sobre a constituição do contexto emergente da Educação Superior, se mostra como um campo de embates e disputas de narrativas. De qualquer forma, ao investigarmos os processos de consolidação do contexto, percebemos que o mesmo se coloca de forma restrita frente a diversidade de instituições que ofertam Educação Superior no Brasil,

O contexto emergente no qual se insere a estrutura institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia não se coloca sob a perspectiva da transição, como aponta Morosini (2014), mas sim como um novo modelo/alternativa (e não de forma contrária) distinto das instituições universitárias. Seria interessante compreendermos a construção do contexto emergente no qual se insere a Educação Superior, na perspectiva dos Institutos Federais, dentro de uma perspectiva que busque a compreensão do modelo de Universidade que adotamos como sociedade, um modelo bastante miscigenado. Porém é preciso que compreendamos a forma que este modelo miscigenado se compõem a luz de estruturas universitárias de referência histórica frente ao processo de constituição dos atuais espaços universitários: temos então a tradição das universidades inglesas, francesas e alemãs integrando este cenário (CARAÇA; CONCEIÇÃO; HEITOR, p. 1223, 1996).

O modelo inglês de universidade pode ser percebido a luz de uma perspectiva de educação liberal (BALL, 2014), onde os esforços da instituição são focalizados na formação dos indivíduos frente aos conteúdos programáticos curriculares, além da formação do caráter e da personalidade destes sujeitos. Com uma organização de *colleges*, o alunado vive intensamente à comunidade acadêmica no regime de internato, convivendo com seus pares e professores. O modelo francês, por outro lado, privilegia à formação integral dos sujeitos, onde entidades externas à universidade teriam a função social de fomentar a investigação científica, dessa forma, a universidade francesa não focaliza necessariamente seus esforços no fomento a investigação científica (pesquisa), mas sim no ensino acumulado historicamente pela sociedade. Por fim, o modelo alemão, destaca juntamente em seus processos a importância da investigação científica na efetivação dos processos de ensino-aprendizagem frente as demandas sociais, onde o espaço acadêmico se mostra como sendo o espaço dedicado ao desenvolvimento do conhecimento, ainda sendo estruturado pelos princípios de liberdade individual dos alunos e professores (CARAÇA; CONCEIÇÃO; HEITOR, p. 1224, 1996). É inegável a influência destes modelos na composição das instituições universitárias em nosso país, a partir de algumas dimensões: o *ensino*, foco do modelo inglês, a *pesquisa* presente na ênfase do modelo francês e a *extensão* como objetivo maior do modelo universitário alemão, nos mais diversos contextos. (FONTOURA, 2018).

A perspectiva de uma política pública imbricada na consolidação da institucionalidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, não se caracteriza apenas pela sua vinculação com o orçamento e os recursos de origem pública, mas sim ao comprometimento com todo o social, como elemento fundante da equidade presente na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo (BRASIL, 2010, p. 07). Durante o processo investigativo, percebemos que a constituição do contexto emergente presente junto a institucionalidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, se mostram a partir da relação estabelecida sobre distintas dimensões presentes na estrutura institucional.

3 O CONTEXTO EMERGENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A partir do conceito de contexto emerge da Educação Superior de Morosini (2014), nos apropriamos de alguns documentos institucionais como as *Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* (BRASIL, 2008a), a *Lei Federal nº 11.892/08* (BRASIL, 2008b), e ainda os apontamentos dos articuladores desta política presentes na obra *Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica* (PACHECO, 2011), na busca por aproximações e distanciamentos existentes entre o conceito e a sua materialidade. O contexto emergente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia traz consigo alguns aspectos interessantes como a perspectiva da valorização da educação e das instituições públicas na construção de uma nação soberana e democrática, possibilitando dessa forma o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia acabam por assumir um importante papel no desenvolvimento das regiões que polarizam, já que se tornam agentes estratégicos na estruturação de políticas públicas, servindo ainda como elo mediador entre o poder público e as comunidades locais. Do ponto de vista político, esta institucionalidade representa a superação de um modelo educacional pautado apenas por uma visão técnica, perspectiva esta que deixa a margem dos processos de escolarização, uma série de sujeitos que por diferentes motivos foram excluídos do meio educativo formal. Esta nova institucionalidade ainda se apresenta como um projeto de educação que se articula com diferentes esferas do poder público e da sociedade, imbricada de forma intensa com uma ideia de política pública e suas variações: Políticas Sociais (BIANCHETTI, 2001) e Políticas Educacionais (MARTINS, 1993).

Acreditamos que o contexto emergente da Educação Superior caracterizado por Morosini (2014), acaba por não dar conta da complexidade que se apresenta na institucionalidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mesmo que esta institucionalidade seja equiparada a uma Universidade – como a Lei n 11.892/08, em em seu parágrafo § 1º aponta – esta instituição se constitui a partir de um outro olhar para a Educação Superior. A própria Lei nº 11.892/08 em seu Art. 2º define esta institucionalidade como sendo “de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008b).

Se nos atermos as finalidades e as características da instituição, a legislação ainda deixa claro que a forma híbrida que se apresenta a Educação Superior, ainda a uma obrigatoriedade na oferta da “educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades”, no sentido de “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais”, além de “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior” (BRASIL, 2008b). E esta Educação Superior, a ser ofertada/ministrada pela instituição, não surge a revelia nesse contexto, ela se mostra como estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do país, já que os cursos superiores se apresentam a partir de algumas indicações estruturantes, como aparece nas alíneas a, b, c, d e e destacadas abaixo do Art. 7º, inciso VI, sendo que deste total, devem garantir o mínimo de 20% de suas vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, bem

como programas especiais de formação pedagógica, objetivando a formação de professores para a educação básica, prioritariamente nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Percebe-se então que a Educação Superior no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se apresenta junto a uma complexidade nunca antes vista no Sistema de Educação brasileiro, a partir de “um modelo institucional absolutamente inovador” como descreve Pacheco (2011, p. 13). Este cenário fez com que nos déssemos conta que o contexto emergente da Educação Superior no contexto da nova institucionalidade, se efetivasse a partir da relação existente entre a sua proposta político-pedagógica de formação dos sujeitos; a perspectiva de política pública, as relações sociais estabelecidas no alcance dos objetivos pedagógicos, e a relação entre a instituição e o mundo do trabalho; tendo no conhecimento um dos elementos constituintes da cidadania (*figura 02*).



Figura 02. Estrutura do contexto emergente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da articulação entre as dimensões política pública, proposta político-pedagógica, mundo do trabalho, e relações sociais.

A proposta *político-pedagógica* diferenciada se articula as dimensões da *verticalização do ensino* e da *justiça social* respectivamente; temos aqui uma proposta verticalizadora que não hierarquiza saberes, pois permite que os docentes e demais servidores da instituição (dentro da sua diversidade) atuem em diferentes níveis e modalidades de ensino, e o alunado que acaba por compartilhar este espaço verticalizado, além de trocar experiências, têm contato com distintas vivências de diferentes trajetórias formativas. E nesse sentido que temos a justiça social atrelada mais uma vez a esta proposição, de forma a possibilitar que indivíduos tenham diferentes possibilidades de formação dentro da instituição. Nessa conformação, temos enquanto proposta o rompimento de barreiras historicamente presentes e marcadas pela relação entre os conhecimentos ditos “técnicos” e aqueles compreendidos como “científicos”, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana (PACHECO, 2011).

A perspectiva da *política pública* no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se efetivam junto ao compromisso da valorização da Educação e das Instituições Públicas, no sentido de combater as desigualdades estruturais de toda ordem. Esta ideia que transversaliza a consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tem a função de intervir/modificar a realidade que se manifesta nos distintos espaços da educação formal associada a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Superior. Tendo em vista a perspectiva da nação soberana e inclusiva – característica do Brasil – temos percebido a consolidação de um espaço que se apresenta como um celeiro de ações que potencializem desenvolvimento local (*políticas sociais*). Nesse sentido, espera-se desta nova instituição a garantia “da perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil” (PACHECO, 2011, p. 18). Pensar sobre o desafio imposto pelas novas conformações no campo da educação, ainda acaba justificando a forma como a Educação Profissional e Tecnológica, no seu caráter público (*políticas educativas*), opera como um importante instrumento na construção e ainda o resgate da cidadania e da transformação social.

A *rede social* criada a partir da nova institucionalidade trazida com o reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fez com que novas frentes e perspectivas de ação – para a modalidade – fossem observadas. Já que a ideia de rede na proposta institucional emerge no entendimento de que as práticas individualizadas podem ser potencializadas a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos em uma dimensão social (*relações sociais*), e fortalecida pelos distintos modos de *construção de cidadania* propiciados pelo conhecimento. Nesse sentido, a consolidação desta rede social, passa essencialmente pela troca constante e efetiva de experiência e ideias, que por sua vez fomentam uma cultura ativa de participação, que incorpora novos elementos continuamente. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se constituem como uma “rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos que, ao longo das últimas décadas, vêm se diluindo” (PACHECO, 2011, p. 31).

A articulação estabelecida entre a os Institutos Federais e o *mundo do trabalho* se mostra no contexto da Educação Profissional e Tecnológica como um elemento estruturante na perspectiva desta política educacional, entendendo aqui que esta faceta da esfera social se coloca de forma próxima aos *arranjos produtivos* e sua influência sobre o desenvolvimento local e regional a luz da construção da cidadania. Dessa forma, se faz fundamental que a instituição tenha um canal aberto de diálogo constante com a sociedade através de suas práticas, seus cursos e projetos (institucionais de pesquisa, de ensino e de extensão) no alcance as diversas realidades possíveis, neste prisma tanto o local, quanto o regional se colocam de forma justaposta. O *desenvolvimento local e regional* “não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento” (PACHECO, 2001, p. 21). O mundo do trabalho aqui se mostra junto a um processo de retroalimentação, pois as suas demandas em parte são atendidas no bojo das formações promovidas pela instituição, e a instituição por sua vez, mobiliza seus esforços para ao atendimento das demandas do mundo do trabalho. A nova institucionalidade se mostra como um verdadeiro espaço privilegiado para o desenvolvimento de “aprendizagens, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida” (PACHECO, 2001, p. 20), dos sujeitos.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Educação Superior dentro da perspectiva de contextos emergentes, pressupõem compreende-la a partir de uma visão

de mutabilidade, o processo no qual a mesma se apresenta são mudáveis em sua natureza, aqui não nos referimos a práticas cristalizadas no espaço universitário, mas sim a forma com que este espaço se relaciona com a sociedade. Dentro desta perspectiva, partimos da ideia de que o contexto emergente da Educação Superior se efetiva na forma de um espaço deixado entre 2 (dois) modelos de universidade: uma de caráter mais tradicional e outro modelo que incorpora em si aspectos do neoliberalismo em suas práticas cotidianas. Porém, percebemos que nem todas as configurações no qual a Educação Superior se apresenta junto ao Sistema de Educação brasileira, acabam sendo contemplados pelo conceito de contexto emergente. Isso é o que ocorre com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pois esta instituição acaba por ofertar a Educação Superior atrelada a Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, temos aqui uma nova configuração de Educação Superior.

É importante compreendermos que a Educação Superior no país, acaba por se desenvolver sob diferentes perspectivas dentro do modelo universitário, são distintas arquiteturas institucionais (Universidades, Faculdades, Institutos Superiores, Centros Universitários, entre outros), estas conformações diferenciadas conferem características próprias a estas instituições. Mesmo dividindo o escopo do ensino universitário, são instituições diferentes por natureza, e no caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia esta diferenciação é maior, já que a instituição se caracteriza por pela oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Este contexto emergente que aqui evidenciamos, opera a partir da proposta político-pedagógica da instituição a partir da prática de justiça social e da verticalização do ensino presentes nas práticas pedagógicas/institucionais; a ligação fundante entre o processo de construção da instituição e a sua articulação com a política pública e seus desdobramentos a partir de políticas sociais e educativas; o fortalecimento da rede social no qual a instituição faz parte no sentido de potencializar os processos de construção de cidadania a partir das relações sociais estabelecidas nos processos institucionais; e pôr fim a interface criada entre a instituição e o mundo do trabalho, incorporando aqui as possibilidades no desenvolvimento local/regional, além dos arranjos produtivos estimulados durante esse processo.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia primam pelo o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica potencializando a efetivação da participação cidadã dos sujeitos, o desenvolvimento (social e econômico) das regiões no qual se instala, além de articular aproximações entre as demandas locais/regionais, o mundo do trabalho e a formação dos sujeitos (alunos e comunidade acadêmica). Essa relação estabelecida precisa ser pensada a partir da ruptura de uma série de paradigmas, incluído o próprio paradigma tradicional e elitista da Educação Superior no Brasil. Os Institutos Federais acabam por trazer a Educação Superior como um eixo estruturante para o desenvolvimento da instituição, rompendo com o modelo de Universidade e não com o modelo de espaço universitário. O que temos é uma nova configuração institucional que através de uma perspectiva de política pública, associada a políticas sociais e educacionais, apresenta uma nova forma de pensar os processos de formação dos sujeitos para além de um modelo tradicional de transmissão de conhecimento, e de um modelo de educação voltado para a promoção do bem individual.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. **Educação Global S.A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BALL, S. J. **Educational Reform:** A Critical and Post-Structural Approach. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais:** Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/qDesZK>>. Acesso em: 18 abr 2019.
- BRASIL. Concepções e Diretrizes - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 2008a. Disponível em: <<https://bit.ly/2dZl0vn>>. Acesso em: 08 abr 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília/DF. Seção 1, ano CXLV, n. 253, 2008b. Disponível em: <<https://bit.ly/2dZl0vn>>. Acesso em: 08 abr 2019.
- CAIXETA, M. B. **A Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose.** 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional) - Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/uGvLhw>>. Acesso em: 07 abr 2019.
- CARAÇA, J. M. G.; CONCEIÇÃO, P.; HEITOR, M. V. Uma perspectiva sobre a missão das universidades. **Análise Social**, v 31, nº 139, ed. 5, p. 1201-1233, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/WCJGYR>>. Acesso em: 12 mar 2019.
- CUNHA, M. I. da. Qualidade da educação superior e a tensão entre democratização e internacionalização na universidade brasileira. **Revista Avaliação**, v. 22, n. 03, p. 817-832, nov. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/UroCbw>>. Acesso em: 22 mar 2019.
- DIDRIKSSON, A. Universidad y bien publico en la perspectiva de una sociedade democrática del conocimiento. In: FUENTE, J. R. de. la.; DIDRIKSSON, A. (Coords.). **Universidad, responsabilidad social y bien publico**: el debate desde América Latina. Mexico: Universidad de Guadalajara, p. 61- 97, 2012.
- ESPINOZA, O.; GONZALEZ, L. Universidad y bien publico nuevas tendencias en América latina. In: FUENTE, J. R. de. la.; DIDRIKSSON, A. (Coords.). **Universidad, responsabilidad social y bien publico**: el debate desde América Latina. Mexico: Universidad de Guadalajara, p. 123 - 151, 2012.
- FONTOURA, J. S. D. A. **A Gestão da Educação Superior em Contextos Emergentes: A Perspectiva dos Coordenadores dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFRS - Campus Porto Alegre.** 2018, 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ynYL5U>>. Acesso em: 09 abr. 2019.
- GUMPORT, P. J. Reflections on a Hybrid Field: growth and prospects for the sociology of higher education. In: GUMPORT, P. (Ed.) **Sociology of higher education:** contributions and their contexts. British Library, p. 325-363, 2007.
- MARTINS, C. **O que é política educacional?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em Revista**. Curitiba,

PR: Ed. UFPR, n. 23, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/q82BMN>>. Acesso em 18 mar 2019.

MINAYO, M. C. de S. Conceito de Metodologia de Pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação e Contextos Emergentes. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/91vkw7>>. Acesso em 15 mar 2019.

NASCIMENTO, W. B.; QUIRINO, R. A educação profissional e tecnológica após o processo de “ifetização”: da identidade institucional à autonomia administrativa. In: Seminário Nacional de Educação Tecnológica – SENEPT, III, 2012. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/6ME1bb>>. Acesso em 02 mar 2019.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Editora Moderna, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2G86i3a>>. Acesso em: 12 mar 2019.

PRETI, O. Autonomia do aprendiz na educação a distância. In: PRETI, O. (Org.). **Educação a distância**: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT; Brasília, DF: Plano, 2000.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2xcVITz>>. Acesso em: 09 abr 2019.

STOER, S. R. Educação e globalização: entre regulação e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n° 63, p. 33-45, Outubro/2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2Utndzz>>. Acesso em 07 abr 2019.

[ii] No âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação é constituída atualmente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II; porém na efetivação da política dos Institutos Federais as instituições foram consultadas no que se refere a adesão deste projeto, então alguns Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais aderiram a proposta e hoje tornaram-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

[iii] Esta divisão não carrega em si apenas a divisão territorial geográfica, esta forma de olhar o globo emerge do Pós-Guerra Fria onde o mundo deixa de ser percebido na perspectiva socialista e capitalista, passando então a ser operado na lógica dos desenvolvidos (países com processos de industrialização consolidados – Global-Norte) e aqueles em desenvolvimento (países formados a partir de ex-colônias, que implementaram tardiamente seu processo de industrialização – Global-Sul). Esta postura, por parte da comunidade internacional, em perceber o globo, possui impactos que estão para além da implementação da Educação Superior, mas sim, relaciona-se com os processos de internacionalização da educação, os arranjos produtivos na perspectiva global, a cooperação internacional entre os países a partir da forma com que a produção do conhecimento se estabelece em sua forma hegemônica (CAIXETA, 2014).

[iiii] Deve-se ressaltar a inconsistência terminológica ao definir como Sul todos os países em desenvolvimento. O México, situado no hemisfério Norte é um país latino-americano e, portanto, pertencente ao Sul; a Rússia, outro país emergente, está situado ao Norte da linha do Equador; e Austrália e a Nova Zelândia, são países situados no hemisfério Sul mas possuem status de países do Norte. Esses exemplos mostram a dificuldade de entender Norte e Sul pelo sentido denotativo, o que, nesse debate, devem assumir seu significado conotativo, já que são sinônimos de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, respectivamente (CAIXETA, 2014).